



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

Interpelação Escrita

É política de Macau não importar trabalhadores para o exercício das funções de motorista. No entanto, a Reolian declarou, no ano passado, que tinha apresentado um pedido de declaração de falência e que, na ocasião, tinha emitido uma declaração da qual constava o seguinte: “São diversas as situações que não são controláveis e as despesas com o pessoal ultrapassam as previsões (representam 50% dos custos de exploração da empresa), factores que contribuíram para as graves dificuldades financeiras da Reolian.”. Isto prova que a Reolian ajuizou erradamente que era permitido importar trabalhadores para o exercício das funções de motorista, estimou erradamente os custos e apresentou um preço errado no concurso, o que acabou por desencadear posteriores dificuldades financeiras.

Na resposta à minha interpelação escrita, o Gabinete para os Recursos Humanos afirma claramente que: *“o exercício das actividades de croupier, supervisor de mesas de jogo dos casinos e motorista profissional apenas por residentes faz parte da política consistente do Governo da RAEM, que é clara, inalterável e de carácter contínuo.”*

No entanto, alguns representantes do sector empresarial manifestaram a sua vontade, através dos órgãos de comunicação social, no sentido de o Governo proceder à “devida abertura das funções de motorista” aos trabalhadores não residentes. Esta notícia suscitou a preocupação dos



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

motoristas de autocarros e também foram muitas as pessoas que ficaram preocupadas com a possibilidade desta notícia poder passar uma mensagem errada aos interessados em participar no concurso público para os serviços de autocarros, uma vez que podem ser levados a fazer previsões erradas quanto à conjuntura e a cair, eventualmente, no erro de pensar que é possível arrombar “as portas da proibição” de importação de trabalhadores para aquelas funções. E para forçarem o Governo a proceder à abertura daquelas funções aos trabalhadores não residentes, podem até mesmo jogar a última cartada das dificuldades de manutenção dos serviços de transporte.

Assim sendo, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. A Reolian entrou em falência e o Governo está a assumir a gestão dos serviços de autocarros, no entanto, já afirmou que está à procura de novos operadores. São contínuas as vozes da sociedade apelando ao Governo para proceder à “abertura das funções de motorista” aos trabalhadores não residentes, assim, a fim de evitar que os novos participantes no concurso para exploração daquela actividade depositem expectativas indevidas no que respeita às políticas do Governo para os recursos humanos, este deve esclarecer todos os interessados que só os residentes de Macau podem ocupar os postos de croupier, supervisor e motorista. Deve esclarecer que é esta a política geral, e que não tem qualquer intenção de a alterar. O Governo vai fazer isso?
2. O sector laboral considera sempre que, independentemente do sector ou do posto de trabalho, só se podem reter os recursos



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

humanos e atrair novos se se definir e organizar, respectivamente e de forma racional, o salário e o trabalho. A fim de evitar as preocupações entre os motoristas, o Governo deve assumir verbalmente as suas promessas e esclarecer o rumo das suas políticas, a fim de tranquilizar psicologicamente os trabalhadores. Em resposta à minha interpelação, os serviços competentes esclareceram que o exercício das actividades de croupier, supervisor de mesas de jogo dos casinos e de motorista profissional apenas por residentes locais faz parte da política consistente do Governo da RAEM que é clara, inalterável e de carácter contínuo. Quanto à tomada de medidas mais eficazes para assegurar a continuidade desta política, o Governo, tendo em conta os interesses globais e de longo prazo do território, deve proceder, com cautela, a um estudo sobre as medidas viáveis a adoptar em relação a esta matéria. Já iniciou esse estudo? O que está a pensar fazer? Quando é que vai concluir os estudos necessários e avançar com as respectivas medidas?

24 de Janeiro de 2014

A Deputada à Assembleia Legislativa da  
Região Administrativa Especial de Macau  
Lei Cheng I